

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA:  
UM ROMANCE DE REPRESENTAÇÃO  
SOBRE O QUE FOMOS, O QUE SOMOS  
E O QUE AINDA HAVEREMOS DE SER**

Rogério Canedo (UnB)  
[max\\_canedo@hotmail.com](mailto:max_canedo@hotmail.com)

*A função do escritor é fazer com que  
ninguém possa ignorar o mundo e  
considerar-se inocente diante dele.*

(Jean-Paul Sartre)

**RESUMO**

O presente trabalho intenta ilustrar certas condições das relações humanas, tendo como foco o homem em sua estrutura sociopolítica. Por isso mesmo, acessamos teóricos como Georg Lukács (1966), Theodor Adorno (2003), Benedito Nunes (1988), Antonio Candido (2003), e, ainda, intérpretes da história brasileira como Sérgio Buarque de Holanda (1984), Caio Prado Júnior (2000) e Maria Sylvania de Carvalho Franco (1983), para então nos colocarmos diante do romance *O Tronco* (1979) de Bernardo Élis, entendido aqui como forma narrativa ficcional que dá a ver os meandros da vida política, social e histórica do início do século XX em Goiás. Dialeticamente, a partir da microestrutura regional, legitimadora do poder despótico, representado pelo coronelismo goiano, é possível também fazer uma leitura da macroestrutura brasileira, ciclicamente geradora dos desmandos sociais de um país recém-descoloni-zado.

**Palavras-chave:** *O Tronco*. Sociopolítica. História do Brasil. Goiás.

**1. Introdução**

As narrativas, de um modo geral, se caracterizam por formar no leitor um ambiente de memórias provenientes dos mais diferentes acontecimentos, factuais ou não. Através dessa ferramenta o homem se vê munido da capacidade de recuperar um tempo, valendo-se dele para a reconstrução de seu passado, tentando se preencher daquilo que não possui, a amplitude do conhecimento sobre si mesmo. Assim, desde o início das civilizações, registros narrativos têm sido promovidos com o intuito de preservar a própria espécie humana, alicerçada nas bases dos antepassados e de sua própria história. Com o passar dos tempos essas narrativas foram tomando formas mais pragmáticas, tornando-se ciência, ganhando contornos particulares de linguagem documental. Em especial, coube à historiografia o encargo de trazer à luz do presente uma realidade que já

não é mais a do aqui e agora, a realidade do passado. Esta ciência, em específico, buscou sempre recuperar o que está indubitavelmente concluído, remontar vários tempos, momentos, colocar sempre em pauta a imortalidade das ações, vista pela tela do passado.

## **2. Desenvolvimento**

Por outro lado, com o advento da modernidade, ganha destaque particular a literatura, narrativa entendida desde então como arte da criação; do fictício. No entanto, o material de que esta se vale deixa claro a sua capacidade de interação com a realidade, basta lembrar que a linguagem já é por si posse social e histórica, ou ainda, que a *poesia* é imitação das ações humanas, como definiu Aristóteles (1988). Desta forma, a relação que a literatura tem com a história sempre foi pauta para colóquios entre os críticos empenhados pelas duas áreas do conhecimento. Aliás, a tendência ao entrecruzamento das epistemologias em questão se deu desde sempre com vigor, sobretudo na América Latina devido também ao posicionamento das ex-colônias que peculiarmente eram reflexo da cultura importada das respectivas metrópoles, ao mesmo tempo em que empreendiam grande esforço pela busca da autenticidade através da construção da identidade nacional. Percebe-se que a arte, no território dos dominados, também foi combustível essencial para as questões de caráter político e de emancipação.

Pensando na relação entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, Benedito Nunes (1988, p. 12) coloca que “oriundos de um mesmo tronco, a história e a ficção entrecruzam os seus ramos diferentes na medida da temporalidade que elaboram”. O crítico salienta que “narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo” (NUNES, 1988, p. 34). Descobre-se, de fato, que ambos os discursos compartilham do mesmo universo – o universo da linguagem humana.

Coube mais particularmente ao romance boa parcela contributiva do contato entre literatura e história. Este gênero foi, desde o seu surgimento, responsável por reconstruir esteticamente os acontecimentos que acometeram o homem nos seus mais diferentes tempos e manifestações. Nele, ficção e história se entrecruzam e se complementam dando à matéria narrada uma tessitura que envolve o leitor num misto de deleite e conhecimento, graças à força estética e de pesquisa a que se desdobraram vários autores desse gênero. Segundo Bakhtin (1990, p. 397), isso ocorre

porque “o nascimento e a formação do gênero romanesco realizam-se sob plena luz da história”. Sendo assim, diríamos ainda que a história exerce uma determinada força criadora do romance, na medida em que fornece ao romancista painel vasto e rico para a ficcionalização da matéria narrada.

O diálogo entre literatura, história e romance torna-se cada vez mais presente nos séculos que seguem ao XVII a partir de um modelo próprio de escrita, a saber, o romance histórico. Essa espécie narrativa surge com o escocês Walter Scott, como nos apresenta Lukács em sua teoria<sup>43</sup>, difundindo-se por toda a Europa e tendo visibilidade particular no Brasil do século XIX, sobretudo quando da necessidade de configuração de um perfil de nação.

O século XX abre novas frentes para a produção literária no Brasil. É principalmente nos decênios de 20 e 30 que o intelectual brasileiro toma pra si uma postura então mais consciente de sua própria sociedade e de sua prática como responsável pela representação nacional. Essa mudança no perfil do homem se dá principalmente em função das mudanças também políticas e sociais da época. No cenário nacional as literaturas regionais ganham força e passam a representar um forte apelo ao conhecimento real do país a partir das questões locais. “Pode-se afirmar que com os escritores de 30 o processo de tomada de consciência da realidade regional como estímulo e substância da criação literária atinge a plena maturação” (ALMEIDA, 1999, p. 19).

Em Goiás, a literatura foi refém das próprias condições de penumbra a que permaneceu os recônditos do país em seus quatro primeiros séculos. A questão histórica e geográfica neste aspecto é dado importante quando se quer pensar também a produção literária goiana. Historicamente as particularidades vão do fato de ainda haver, sobretudo no século XVIII e XIX, um número reduzidíssimo de intelectuais nestas terras e de ser, talvez por consequência disso, um Estado amorfo artisticamente em um contexto maior de nação. Do outro lado, na contramão do desenvolvimento artístico, está a questão da riqueza material. Nestes dois séculos citados, Goiás viveu seu apogeu econômico e também sua decadência. Tanto em seu momento de maior extração aurífera quanto na época

---

<sup>43</sup> Georg Lukács é o precursor da teoria sobre o romance histórico. O teórico traça um perfil desse gênero nascido a partir da escrita de Walter Scott, apresentando os principais pilares dessa narrativa de visível diálogo com as questões históricas e sociais de época. (Cf. LUKÁCS, 1966).

de sua derrocada a imagem de um Estado atrelado à questão das finanças advindas do ouro era pauta, seja para louvá-la ou para negá-la. Esse terreno de extração do capital pouco ou nenhum espaço pode dar à literatura, até porque essa relação não se dá de forma harmoniosa. (Cf. BASTOS, 2009) Assim Goiás, até o século XX, era terra pouco profícua à promoção das artes.

A história dos primeiros anos do século XX em Goiás ainda traz em seu bojo as marcas e as consequências do isolamento e da decadência que acometeram o espírito do povo goiano desde o fim do ciclo aurífero, nos primeiros anos do século anterior. Mas é sobretudo o jogo político que engendra com vigor as páginas da historiografia goiana nas três primeiras décadas do século XX e que se torna temática recorrente para autores da literatura regional no Estado. Ocorre que, acompanhado pela visão de mundo distante e inóspito, Goiás foi obrigado a conviver com duas forças políticas bem divergentes. De um lado a instituição do Estado, a que chamaremos de *Nova Ordem*, dispondo de uma pretensão moral e oficial ao mesmo tempo em que se deparava com inegável degredo e sucateamento militar; do outro o Coronel, tido aqui como *Velha Ordem*. É esse o cenário do romance *O Tronco*, nesta análise cotejado e publicado pela primeira vez em 1956, cujo autor é Bernardo Élis.

Nascido em 1915 na cidade de Corumbá, hoje Corumbá de Goiás, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado publica contos, poesias, crônicas, ensaios, antologias e romances, além de ter contribuído para o cinema brasileiro. Sempre teve um contato muito íntimo com as classes sociais e de linguajar peculiar. Tanto é assim que esse contato se reflete em suas obras, trazendo ao artista o título de regionalista. O primeiro livro, *Ermos e Gerais*, de 1944, já tinha alguns contos de ficção histórica. Dos três romances que Élis escreveu, dois são sobre temas históricos goianos, como *O Tronco* e *Chegou o Governador*, o segundo de 1987. Assim, é possível verificar como o autor se apropriou da historiografia para reconstruir o cenário goiano. Em obras como *O Tronco* o autor revela um determinado tempo e espaço que levam o leitor a um viver peculiar do centro-oeste brasileiro dos primeiros anos do século XX. O fio condutor da história, nesse caso, se faz extremamente importante para a construção da narrativa ficcional, tanto que promove no romance o que de melhor vem se produzindo quando dialogam literatura e história.

A obra em questão pode ser vista como um romance de ficção que revela um povo simples de um lugarejo isolado das “agitações” da capital goiana. Vila do Duro, como é conhecida a cidadela, presencia a superio-

ridade de figuras locais que exercem sua força sobre a pequena comunidade, principalmente sobre as figuras da “lei” que representam naquele inóspito lugar uma intenção de ordem promovida, ou pelo menos desejada pelo poder do Estado.

O romance *O Tronco* é dividido em quatro capítulos que abarcam a apresentação da vila de São José do Duro – extremo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins – onde ocorre a maior parte do enredo, que em seus desdobramentos dá a ver a comunidade, seus costumes e características próprias. O desenrolar dos acontecimentos revela o perfil dos personagens e do lugar a partir da abordagem de um contexto típico da região descrita, incluindo, é claro, as manifestações jagunceiras. Vicente Lemes, coletor municipal, protagoniza o romance quando busca estabelecer na vila do Duro a ordem institucionalizada pelo Estado. Para tanto, confronta-se com Pedro Melo, coronel que exerce na região força suprema e inquestionável, pautada sempre pela imposição de suas próprias leis. Em *O Tronco*, o poder do coronel Pedro Melo subjuga todos daquele ermo sertão. Revelar via ficção as demandas próprias de um Estado desprovido de maior apoio, em que o homem está entregue às forças ditatoriais de um chefe local, na figura do coronel mandatário e despótico é, antes de tudo, retratar a situação da macroestrutura política a partir da abordagem local. Ao tomar as palavras de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1984), percebe-se o reino do mandonismo rural em que o chefe maior fora durante muito tempo o dono de terras. Sua força consistia assim em “uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida” (1984, p. 53).

No romance, do lado oposto à força incontestável do coronel Melo está a frágil representação do Estado, na figura de Vicente Lemos. Destinado a manter a ordem oficial Vicente sofre todo tipo de assalto moral e físico, até ser obrigado a fugir da Vila do Duro, resguardando assim sua vida e a dos familiares que permaneceram reféns da própria sorte no vilarejo. Vale dizer a respeito de sua fuga sobre a habilidade do romancista ao propor o desfecho dessa narrativa com Vicente refugiado. Para chegar ao rancho do vaqueiro, situado em um inóspito lugar, o coletor e seus companheiros precisaram vencer diversos obstáculos. Após remarem por intermináveis horas se aproximaram do barranco, sob forte e constante chuva,

se meteram pela mata enlameada, cheia d’água. Os córregos e regatos que afluíam para o rio estavam represados e cheios de meter medo, obrigando os

homens a dar voltas e voltas. Perigo eram os bichos. Nesse tempo sucuri fica alvorçado, cobra sai da toca (*O Tronco*, 1979, p. 252).

Os representantes da lei em Goiás concluem sua luta escondidos num rancho que sequer conhece o sabor do mínimo tempero como o sal ou que, por ser tão selvagem o ambiente já não se tem cavalo algum, em razão de ter sido todos devorados por onças. Contraditoriamente, esse é o espaço que resta à *Nova Ordem*, a saber, o mais inóspito do sertão, distante físico e espiritualmente de qualquer indício civilizatório. Quando Vicente Lemes se vê afastado definitivamente do Duro, emigrado e em direção à Vila Boa, percebe-se claramente a dialética das forças da *Nova Ordem* e da *Velha Ordem*. Opondo-se ao idealismo nacional do período, no romance é a *Nova Ordem* que recua, chegando ao mais inabitável lugar, como se pouca ou nenhuma saída lhe restasse.

Engendrada na ficção, a história de Goiás vai sendo recontada. Assim, é através da mediação que o escritor faz entre a historiografia e a literatura, por meio de seu trabalho com a linguagem, que o leitor vai tendo acesso ao mundo dos personagens, que se apresenta tão autêntico como se real fosse. Além do trabalho estético, dados mais explícitos desse diálogo compõem o romance.

A representação em *O Tronco* se dá porque a obra é capaz de captar em seu enredo os próprios movimentos sociais e de época, reforçando a ideia de que um fato, ao ser escrito, deve ter ligação com essas duas frentes, pelo contrário não há representação. Bernardo Élis capta e corresponde assim a uma determinada classe que se coloca ao mesmo tempo individual e coletiva. É assim porque representa o povo local ao mesmo tempo em que o faz ao expor as condições reais da macroestrutura do país nos primeiros anos do século XX, respectivamente. Seu poder como artista está em promover na obra o espaço de lutas que, como já dissemos, não se resolve por ser antes luta que ultrapassa os limites da ficção. Aliás, é no extraficcional que se encontra o mote que dará fôlego à narrativa em questão. A eficácia estética depende desse poder de caricatura e só um artista que represente de fato um grupo é capaz de executá-la, tendo em vista que ela não é apenas literária, mas também social. (Cf. BASTOS, 2008)

### 3. Conclusões

O artista deve estar atento se seus modelos literários respondem às necessidades de uma sociedade. É por essa e outras que a obra vai se va-

lidando. Por ser um mediador de culturas o escritor deve agir, trabalhar de forma a se apropriar de uma tradição cultural em que o ponto de vista corresponda tanto ou seu próprio quanto mais ao da sociedade que representa. Por tudo isso é que ele se faz escritor, ao eleger, conscientemente, seu narrador ou outra técnica narrativa, por exemplo. Bernardo Élis parece ter compreendido essa necessidade e em seu romance trouxe à luz o povo inserido entre poderes tão despóticos e contraditórios. E nessa medida o autor continua revelando, para nós, os goianos, ou ainda, para nós, os brasileiros o que fomos, o que somos e o que ainda haveremos de ser, numa desprezível intenção de ligar o passado ao presente e fazer ver um possível futuro, tal qual se constrói a partir de uma perspectiva cíclica da história. Não se trata de dizer que figuras típicas do início do século XX, como o coronel, surja em seus moldes tradicionais. Mas em *O Tronco* é possível, a partir de uma leitura atenta, pensar nas forças despóticas que ainda nos cercam e que veladas estão, por isso, mesmo muito mais nocivas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. 3. ed. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini et al. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BASTOS, Hermenegildo. Literatura como trabalho e apropriação. *Remate de Males*, Vol. 28, n. 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. O que vem a ser representação literária em situação colonial. In: LABORDE, Elga Perez; NUTO, João Vianney Cavalcanti. *Em torno à integração: estudos transdisciplinares: ensaios*. Brasília: UnB, 2008.
- BERTRAN, Paulo. Elegia a Bernardo Élis. *DF Letras: A Revista Cultural de Brasília*, Brasília, ano IV/V, n. 47, p. 20-23, 1998.
- ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravo-*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

crata. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

GOMES, Eugênio. *Aspecto do romance brasileiro*. Salvador: Progresso, 1958.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1966.

NUNES, Benedito. A narrativa histórica e a narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

TELES, Gilberto Mendonça. *Goiás e literatura*. Goiânia: E.T.G, 1964.